

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*

MANOEL FRANCISCO BRITO — *Director Presidente*

ROSENAL CALMON ALVES — *Director*

WILSON FIGUEIREDO — *Director de Redação*

DACIO MALTA — *Editor*

MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*

ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

## Vocação Nacional

A inflação superou os 25% em agosto, e, pelos números disponíveis, os preços correntes começam a movimentar-se acima da faixa dos 30% ao mês. Depois de 10 meses fluindo entre 20% e 24%, a inflação mudou de patamar. Os consumidores se assustam naturalmente com a disparada dos preços dos produtos básicos - como o arroz, a carne, o óleo de soja e o leite em pó.

O ministro Marcílio Marques Moreira atribui a tendência indesejável a fatores sazonais, como a entressafra da carne e o impacto do novo salário mínimo, e observa que a economia resiste bem à crise política; economistas da área privada apontam a instabilidade política e o temor de novos choques e congelamentos como justificativa para as remarcações preventivas, nas vendas da indústria para o comércio e do comércio para o consumidor.

Falta, porém, o reconhecimento de uma dura e desagradável verdade: parcelas importantes da sociedade brasileira resistem a regime de inflação baixa. Podem-se citar, como os primeiros prejudicados pela queda da inflação, os bancos, que dependem de um mínimo de inflação, os cartéis e os setores oligopolizados. Muitos aproveitaram a primeira oportunidade de enfraquecimento do governo para ampliar as margens de lucro e a sua participação na renda nacional.

O exame mais minucioso do comportamento dos preços levantados pelos principais institutos de pesquisa do país mostra uma nítida liderança dos setores oligopolistas nas altas de preços. Diante da prolongada perda do poder aquisitivo da população, tal manobra configura uma inflação com origem no conflito redistributivo da renda nacional.

Os setores que operam em áreas oligopolizadas, cartelizadas ou em regime de baixa concorrência ignoram os efeitos que a recessão deveria provocar na balança regulada pela lei da oferta e da procura. A batata-inglesa foi dos produtos que mais contribuíram para a inflação de agosto, com alta de 85% no atacado, segundo a Fundação Getúlio Vargas. Trata-se de virtual oligopólio de uma grande cooperativa de São Paulo (detentora, praticamente, de metade da comercialização da batata em todo o país).

Oligopólio multinacional controla mais de dois terços do mercado brasileiro de leite em pó. Nos automóveis, nos produtos farmacêuticos, nos vidros, na borracha, no cobre, no alumínio, no cimento e no

cimento amianto, sucedem-se os oligopólios e cartéis que resistem às medidas liberalizantes do governo para implantar no país as leis do mercado.

As medidas liberalizantes nos mercados de bebidas, cigarros e combustíveis se revelam amplamente favoráveis aos consumidores. Na maioria dos casos, com o fim do preço único tabelado, os consumidores estão tendo a liberdade de escolher os produtos mais compatíveis com a sua renda, exercendo o saudável hábito de comparar preço e qualidade.

Entretanto, os conselheiros econômicos, que no passado defendiam a estratégia econômica liberal, mas se notabilizaram nos últimos anos por alardear as hipóteses de choques e mágicas econômicas, já estão defendendo a volta do controle de preços como a nova panaceia.

Não é apenas uma grande incoerência: tais conselhos têm servido para as empresas lucrarem mais num correto posicionamento entre estoques e ativos financeiros do que no dia-a-dia dos seus negócios — desde que as medidas sugeridas sejam adotadas. O perigo é que tais conselheiros estão tentando agora aproximar-se do vice-presidente, Itamar Franco, para provar por *a* mais *b* que a melhor forma de estancar a inflação é através da volta do controle de preços.

O Brasil tem longa história de controle de preços: meio século se passou desde a adoção da medida, por motivos de segurança nacional, no bojo da Segunda Guerra. A experiência empurrou a inflação para cima. Do mesmo modo, a indexação aos preços passados, através da correção monetária, revelou-se um tiro pela culatra, pelo efeito realimentador da inflação. Dela resultou a maior concentração da renda nacional, em detrimento da maioria assalariada.

O enfraquecimento político do governo refreou o ritmo do processo de desregulamentação e liberalização da economia por parte do Estado, abrindo o flanco para o reagrupamento dos interesses cartoriais e a sua associação às correntes intervencionistas contra as idéias de modernização do país. O mercado de combustíveis é uma das últimas investidas dos interesses (entre outros) dos produtores de álcool, que desejam continuar tráfego na contramão da História. Além de prejudicarem os consumidores, de quebra, afetam a rentabilidade da Petrobrás, que só teria a lucrar com a liberalização total dos combustíveis.